

SEÇÃO ARTIGOS

VIOLÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA¹²: reflexões preliminares

BRAZILIAN COUNTRYSIDE'S VIOLENCE IN PANDEMIC TIMES: preliminary reflections

Amanda Guarniere Ribeiro³
Universidade Federal Fluminense
aguarniere@id.uff.br

Pedro Catanzaro da Rocha Leão⁴
Universidade Federal Fluminense
pedroleao0498@gmail.com

Vinícius Martins da Silva⁵
Universidade Federal Fluminense
vinitda.97@gmail.com

Resumo

Neste artigo são apresentados os resultados preliminares sobre a violência no campo brasileiro durante a pandemia da Covid-19. Foram levantadas informações sobre diversos tipos de violência nos conflitos por terra e território, registrados nos sites das principais entidades implicadas na luta pela terra entre março e agosto de 2020. Para isso, primeiramente, analisamos o contexto de continuidade-descontinuidade da dinâmica de acumulação capitalista no espaço agrário. Seguimos com os primeiros resultados de pesquisa sobre as violências no campo, caracterização de suas principais formas e grupos sociais envolvidos, e com a espacialização dos registros das ocorrências.

Palavras-chave

Conflitos; Acumulação; Território.

¹ Este trabalho foi apresentado na II Semana Acadêmica de Geografia – UFF Niterói, 2020.

² Aqui os autores referem-se à pandemia da Covid-19.

³ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e bolsista FAPERJ no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades - LEMTO-UFF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2059-5163>

⁴ Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e bolsista CNPq no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades - LEMTO-UFF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3523-3229>

⁵ Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e bolsista CNPq no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades - LEMTO-UFF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7814-6382>

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

Abstract

This article presents preliminary reflections about Brazilian countryside's violence during the Covid-19 pandemic. Information was gathered on various types of violence in conflicts over land and territory, registered on the websites of the main entities involved in the struggle for land and territory between March and August of 2020. For this, we've discussed the context of continuity-discontinuity of the capitalist accumulation dynamics in the agrarian space. Then, we present the first results of our research on violence in the countryside and characterization of its main forms and social groups involved. Also, is presented a spatialization of the complaints, showing the unequal and combined movement in the country's geography.

Keywords

Conflicts; Accumulation; Territory.

Introdução

Enquanto o ano de 2020 caminha para o fim e a pandemia parece ter sido normalizada – ainda que em um alto patamar de óbitos (cerca de 182.799 em 16 de dezembro de 2020) –, tornando banal um cotidiano de morte e sofrimento na sociedade brasileira, nos parece importante empreender uma análise de conjuntura sobre a questão agrária no país – histórico campo de disputas territoriais que escancara desigualdades e violências seculares contra a natureza e suas gentes. Ao contrário do que se esperava no início da pandemia no Brasil, não houve paralisação da atividade econômica. A dinâmica de acumulação capitalista no espaço agrário brasileiro, cuja atividade predominante é a produção de *commodities* para exportação, seguiu funcionando a todo vapor (MALHEIRO et al., 2020). E, como veremos, simultaneamente toma forma sua consequência mais perversa, que, ao mesmo tempo, é sua condição: a violência empregada nos conflitos por terra e território.

As crescentes cifras do agronegócio em 2020⁶ não poderiam nos transmitir um recado mais claro por parte das elites e do governo brasileiro a respeito de milhares de mortes diárias em decorrência da pandemia. Esse recado, sintetizado pelo presidente Jair Bolsonaro ao responder “E daí?” aos questionamentos sobre as mortes por Covid-19,

⁶O mês de agosto de 2020, em comparação ao mesmo mês em 2019, apresentou um aumento de 11,58 t na produção de grãos do agronegócio e de 2,6 milhões ha em sua área total de cultivo (ABAG, 2020). Ainda, segundo levantamento da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os valores brutos da produção de soja, de carne bovina e de milho cresceram em R\$20,7, R\$22,77 e R\$22,46 bilhões respectivamente entre maio/2019 e maio/2020. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaaios de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

deixa implícita uma ironia nefasta: são os causadores da tragédia seus maiores beneficiários: o impulso auto expansivo e *ad infinitum* da acumulação capitalista⁷ contra diferentes ecossistemas em escala global é o que origina a maior parte dos novos patógenos no séc. XXI, dos quais derivam doenças como a Gripe Aviária (H5N1), o vírus Ebola, a Gripe H1N1 e a Síndrome Respiratória Aguda (SARS) (BOTELHO et al., 2020).

Não olvidemos que, numa formação social capitalista periférica e dependente, a dinâmica de expansão/invasão do capital por meios extra econômicos é condição precípua à manutenção da acumulação ampliada e, conforme Harvey (2003) assinalou, a acumulação por espoliação ganha ainda maior centralidade em períodos de crise cíclica do capitalismo. No Brasil, essa dinâmica se dá, sobretudo, por meio do latifúndio monocultor, da extração de minérios em grande escala e da criação industrial de animais, que avançam sobre a natureza e seus povos, vistos como se fossem obstáculos à sua reprodução (PEREIRA, 2018). Nessa direção, a violência é o principal instrumento empregado pelos agentes dominantes na disputa desigual pelo controle da terra e dos recursos territoriais, por meio dos quais (des)envolvem indivíduos de seus povos e comunidades de sua base primária de produção e reprodução da vida (PORTO-GONÇALVES et al., 2018).

Nesse contexto, somos constantemente bombardeados com notícias que denunciam desmatamentos criminosos e diversos tipos de conflitos no campo, assim como de violações de direitos. Tais notícias comunicam não só a continuidade do emprego da violência enquanto *modus operandi* da expansão territorial capitalista no espaço agrário brasileiro, mas também nos trazem características específicas à atual dinâmica de dominação/espoliação/exploração no campo brasileiro à sombra da conjunção perversa entre Covid-19 e governo Bolsonaro.

Tudo indica que a pandemia imprime novas grafias na geografia dos conflitos sociais no campo. Nossa análise, feita enquanto o próprio vírus vai escrevendo sua história e geografia, apresenta, como não poderia deixar de ser, resultados preliminares que indicam tendências. Ainda assim, é possível dizermos que o ano de 2020 escancara

⁷Disponível em: <<http://afita.com.br/outras-fitas-contagio-social-coronavirus-china-capitalismo-tardio-e-o-mundo-natural/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

– ainda mais – a realidade desigual, conflitiva e violenta da sociedade brasileira. Sublinhe-se que, a partir do campo, das periferias urbanas e dos espaços de fronteira do capitalismo, essa situação vem sendo vivida e denunciada há muito tempo.

Isso posto, nos propomos a identificar, nos conflitos sociais no campo brasileiro durante o período em que o surto de Covid-19 foi deflagrado, elementos que possivelmente seriam característicos ao período da pandemia. A pesquisa se baseou no levantamento de notícias envolvendo conflitos e distintas violações de direitos e violências. Para tanto, recorreremos às principais plataformas de divulgação de alguns dos movimentos sociais do campo e entidades implicadas na luta pela terra e pelo território com atuação em escala nacional: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Para isso, utilizamos uma contextualização do cenário violento e conflituoso que caracteriza o campo brasileiro a partir da Ruptura Política⁸ (2015-2019). Em seguida, debateremos a continuidade da dinâmica de acumulação capitalista e da violência no campo durante a pandemia e, em um último momento, apresentaremos os resultados da pesquisa sobre violências e violações de direitos nesse período. Aqui, serão caracterizadas as principais formas de violência noticiadas, os principais grupos sociais envolvidos, bem como sistematizada uma espacialização das denúncias, mostrando o movimento desigual e combinado na geografia do país.

A violência no campo é anterior à pandemia: conflitos e violência na Ruptura Política (2015-2019)

Longe de encerrar a discussão sobre as dinâmicas conflitivas do espaço agrário neste período corrente de pandemia no Brasil, a pesquisa aponta que o emprego da

⁸A noção de *Ruptura Política* advém da crise política que se torna explícita em 2015, quando as forças conservadoras resolvem desrespeitar o resultado das eleições de 2014, iniciando o processo que culminaria no *impeachment* formal da presidente legitimamente eleita Dilma Rousseff, em agosto de 2016, e na prisão do ex-presidente Lula da Silva, em abril de 2018 (Porto-Gonçalves et al., 2018). Poder-se-ia ainda incluir como parte desse processo de ruptura política o próprio fato da então Presidente eleita nomear como seu Ministro da Fazenda o Sr. Levy, que fizera parte da campanha do candidato derrotado que professava ideias contra as quais a própria Presidenta eleita havia se pronunciado em sua campanha.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

violência na expansão das fronteiras do capitalismo – por meio de mecanismos como grilagem, despejos, expulsões, ameaças e invasões – segue amplamente utilizado pelas categorias sociais em situação de dominação vinculadas aos interesses do *agro* e outros negócios. Elemento estrutural no processo em curso de configuração das relações sociais e de poder no Brasil, a violência atravessa nossa história e conforma nossas geografias, sendo empregada sobretudo nas disputas pelo controle da terra, desde a invasão colonial europeia até o atual processo expropriatório que sustenta as frentes de expansão do capitalismo que são, na verdade, “frentes de invasão” (CASANOVA, 2007).

Com isso, chamamos atenção ao fato de que as notícias que denunciam os conflitos no campo e o uso da violência – física e simbólica – neste período pandêmico nos chocam, mas não nos surpreendem. Elas confirmam que as oligarquias regionais, elites locais, agentes privados internacionais e seus grileiros, jagunços etc. vêm contando, sobretudo nos últimos anos, com apoio explícito de sucessivos governos para avançar sobre territórios tradicionalmente ocupados, unidades de conservação, matas, rios, enfim, a natureza e seus guardiões e guardiãs, que são os povos que nela vivem e dela sobrevivem.

É o que podemos identificar no Gráfico 1, por meio dos dados de ocorrências de conflitos por terra no Brasil. Os sete anos que vão de 2007 a 2014 tiveram registros abaixo da média de todo o período de 2002 a 2019. Dois subperíodos, o de 2003 a 2007 e o de 2015 a 2019, foram os de maior conflitividade entre 2003 e 2019. Contudo, no subperíodo de 2003 a 2007, a curva é descendente, enquanto no subperíodo de 2015 a 2019 é ascendente. O primeiro desses subperíodos, de 2003 a 2007, tem uma média anual de 1402 ocorrências de conflitos e o último subperíodo, de 2015 a 2019, uma média anual de 1536 ocorrências de conflitos: um aumento de 9,6% na média anual de conflitos. (PORTO-GONÇALVES; LEÃO, 2020).

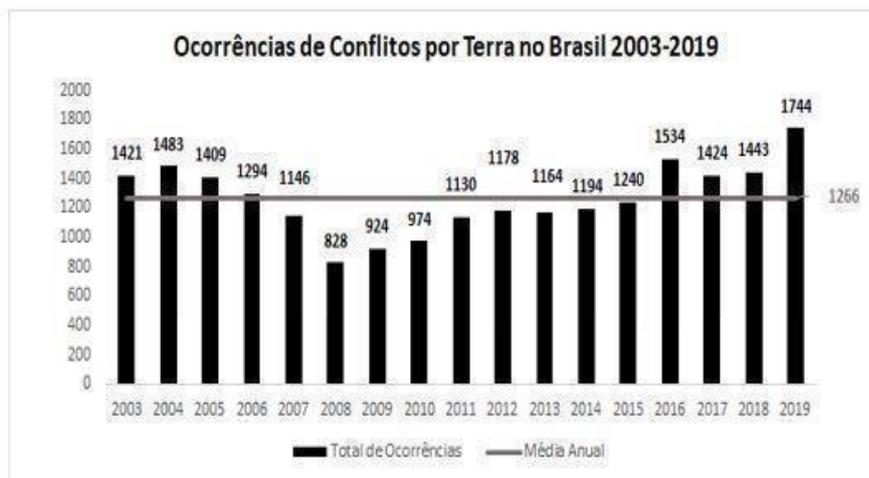
AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

Gráfico 1: Ocorrências de Conflitos por Terra no Brasil – 2003-2019



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020.

Assim, podemos afirmar que, no período em curso da Ruptura Política (2015-2019), estamos no momento de maior conflitividade no campo brasileiro na série histórica considerada. Em 2019, no primeiro ano de mandato do atual governo, tivemos o maior número de ocorrências de conflitos por terra no Brasil desde 2003. Os dados referentes à extensão de terras em conflito são alarmantes: de 2014 para 2015, a extensão de terras implicada em conflitos no Brasil teve um aumento de 168%! De 2015 para 2019, quando atingiu seu máximo histórico, esse aumento alcançou 249%! Nesse último ano foram 53 milhões e 313 mil hectares de terra, ou seja, mais de 6% do território nacional foi objeto de disputa conflitiva. (PORTO-GONÇALVES; LEÃO, 2020).

Gráfico 2: Extensão de Terras em Conflito no Campo no Brasil - 2008-2019 (1000 hectares)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020.

Outra característica importante aponta para uma reconfiguração da questão (da reforma) agrária no Brasil, com a predominância do envolvimento dos *Povos e Comunidades Tradicionais*⁹ nos conflitos no campo. O Gráfico 3 aponta que, entre 2003 e 2008, a média anual de conflitos no campo envolvendo os *Assentados* foi de 13%, com os *Povos e Comunidades Tradicionais* alcançando 40% e os *Sem-terra* com 47%. Já entre 2009 e 2014, a participação dos *Assentados* caiu para 10% e dos *Sem-terra* para 27%. Em contrapartida, os *Povos e Comunidades Tradicionais* atingem 63,34% dos conflitos por terra/ano. No período atual de ruptura política, a participação dos *Povos e Comunidades Tradicionais* chega a 70% dos conflitos! Esse movimento revela a emergência dos Novos/Velhos (CRUZ, 2008) sujeitos, os povos tradicionais, na ponta de lança da luta pela permanência na terra e o avanço evidente das fronteiras do capitalismo sobre seus territórios. Considere-se que uma característica dos diversos povos e comunidades tradicionais é o fato de estarem em posse real de uso da terra em seus territórios e, assim, o fato de se encontrarem implicados em conflitos geralmente se dá por serem alvo de processos de expulsão, espoliação, despojo, enfim, desterritorialização. Ou seja, é um processo que, na realidade, produz sem-terra, peões disponíveis para obras de

⁹Por Povos e Comunidades Tradicionais, segundo a sistematização de Cruz (2012), entendemos: os povos indígenas; quilombolas; populações agroextrativistas – seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu; grupos vinculados aos rios ou ao mar – ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros; grupos associados a ecossistemas específicos – pantaneiros, caatingueiros, vazanteiros, gerazeiros, chapadeiros; grupos associados à agricultura ou à pecuária – faxinais, sertanejos, caipiras, sitiante campeiros, fundos de pasto, vaqueiros. (CRUZ, 2012). Em nossa análise, soma-se a essa vasta gama de identidades a categoria dos posseiros, que recobre diversas modalidades camponesas que têm em comum o fato de não serem reconhecidas como proprietárias privadas da terra.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

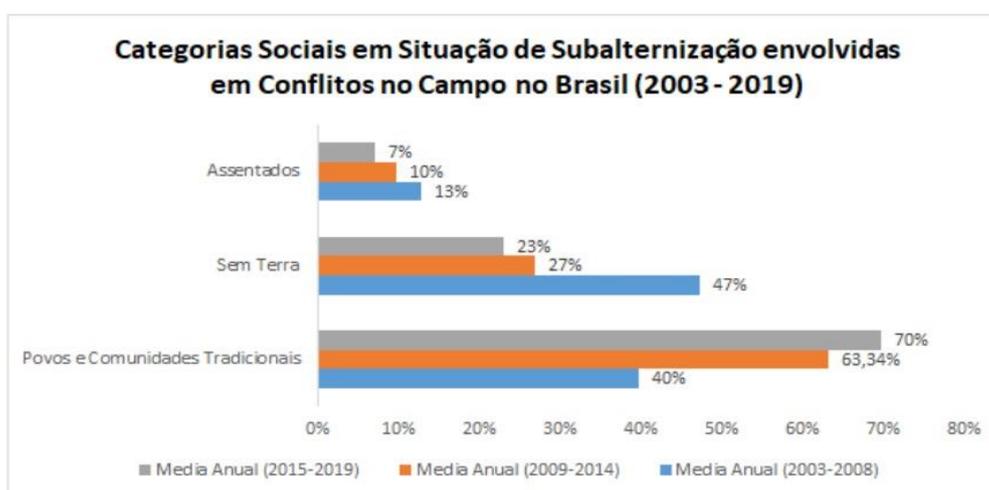
RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

infraestrutura, migrantes para novos *fronts* e populações que aumentam as periferias urbanas cada vez mais precarizadas.

Gráfico 3: Conflitos no Campo no Brasil (2003-2018) de acordo com as Categorias Sociais em Situação de Subalternização envolvidas



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020.

Nesse sentido, analisamos que o atual momento de pandemia vem expressando um processo violento que já estava em curso. Em particular, o ano de 2019 assinala as muitas ações do governo que caminham na direção oposta da resolução dos conflitos. Pelo contrário, o governo federal tem incentivado o desmatamento e a grilagem de terras, sobretudo na Amazônia, ignorando e atacando os direitos dos *Povos e Comunidades Tradicionais* (rompendo o pacto constituinte), criminalizando movimentos sociais e mais uma miríade de ações que acirram o cenário conflitivo no campo, como liberação intensiva de uso de agrotóxicos, flexibilização da legislação ambiental, corte de orçamento para agricultura familiar e camponesa, programas de educação e reforma

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

agrária, enfim, uma agenda de políticas de caráter liberal-conservador alimentada por um discurso autoritário por meio da narrativa do ódio que legitima as ações violentas por parte de ruralistas e grileiros.

Acumulação capitalista no campo brasileiro em tempos de pandemia

Os setores do agro-minero-negócio¹⁰ brasileiro, diante da queda nos preços das *commodities* no mercado internacional – sobretudo entre 2012 e 2016¹¹-, optaram por uma reconfiguração política e econômica que assegurasse a ofensiva sistemática contra políticas de reforma agrária, movimentos sociais, direitos territoriais de comunidades tradicionais, órgãos de proteção ambiental etc. – tudo a serviço da dinâmica de reprodução do capital. Com os grupos/classes em situação de subalternização “pagando as contas” da crise em curso, os representantes da autodenominada “indústria riqueza do Brasil” puderam redirecionar o processo de acumulação e dar sequência às suas frentes prioritárias: a rapina das condições materiais de reprodução da vida e a superexploração da força de trabalho para a apropriação da renda junto com a mais-valia, enfim, uma fusão do capital com a propriedade fundiária.

Assim sendo, o processo de acumulação por espoliação toma um ritmo ainda mais veloz no campo brasileiro ao longo do período 2015-2019, intensificando um processo pelo qual “os detentores dos meios de coerção redistribuem de forma transparente os ativos de uma classe para outra” (LEVIEN, 2014, p. 35). Os Gráficos 1 e 2, trazidos na seção anterior, esclarecem o quanto o ajuste de classe foi central no avanço do capital contra as condições materiais de reprodução da vida dos povos do campo – ou seja, na prática da espoliação dos povos e na territorialização do capital. Somente em relação às ocorrências de conflitos por terra, entre 2015 e 2019, houve um aumento de 1.215 para 1.744 conflitos – 43,5% em quatro anos! Simultaneamente, a pauta primário-exportadora nunca teve maior participação nas exportações brasileiras, atingindo a marca de 57,3% do total no ano de 2019 (BRASIL, 2020). O Gráfico 3, por sua vez, nos indica indiretamente a centralidade ocupada pela Amazônia neste sistema desigual e contraditório de destruição e violência, posto que a região abarca 98,25% da extensão de

¹⁰O termo refere-se aos setores que compreendem e atuam para a agroindústria e a indústria mineral, respectivamente.

¹¹Disponível em: <<https://www.worldbank.org/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

todas as Terras Indígenas do país, que estão inscritas significativamente nos 70% das ocorrências de conflito envolvendo povos e comunidades tradicionais em 2019.

Entretanto, ainda que a intensificação do cenário conflitivo no campo seja uma tendência que tem se acentuado nos últimos anos, em 2020 essa conjuntura é atravessada pela irrupção da pandemia do novo coronavírus – que afunda ainda mais o conjunto da sociedade brasileira, imersa nas várias facetas da crise. Apesar de, num primeiro momento, diversos setores apostarem que haveria, senão uma paralisação, ao menos um arrefecimento das atividades econômicas durante o período de pandemia, tal expectativa rapidamente desmantelou-se, pelo menos quando analisamos a situação a partir do campo. O governo federal apresentou à sociedade uma falsa escolha: ou a economia ou a saúde. Todavia, como era de se esperar, a verdadeira escolha foi imposta pelo Estado brasileiro, que reafirmou suas raízes oligárquicas e genocidas ao escolher a bolsa sobre a vida¹². Na verdade, diante da situação que afligia sobretudo as regiões urbanas, onde se encontra cerca de 80% da população brasileira, o governo se viu obrigado a disponibilizar um auxílio emergencial que alcançou cerca de 65 milhões de brasileiros, ainda que sua iniciativa tenha sido de um pagamento mínimo de R\$ 200 e que o Congresso Nacional obrigou a que fosse maior, de cerca de R\$ 600, que é pouco mais da metade do salário mínimo.

Em tempo, tal escolha efetivamente significou a ratificação dos setores do agro-hidro-minero-negócio enquanto polo dinâmico da economia brasileira. No mês de abril de 2020, por exemplo, o valor mensal do total das exportações de produtos básicos pelo Brasil atingiu a impressionante marca de US\$ 12 bilhões, o que configura um aumento de 16,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior¹³ (MALHEIRO et al., 2020). No caso do agronegócio, segundo o último levantamento da Companhia Nacional de

¹²O termo faz referência à obra “A bolsa ou a vida” (2002), do cientista político Eric Toussaint (1954-), na qual se discute a ofensiva neoliberal e a crise da dívida no Sul global. Tal expressão retorna com força notável no período em que vivemos, já que, frente à crise sanitária gerada pela Covid-19, os governantes impuseram à população brasileira uma escolha forçada – que, de fato, sequer é uma escolha – entre economia e saúde.

¹³É importante frisar que o desempenho de ambos os setores no ano de 2020 dá continuidade à tendência de crescimento verificada pelo menos nos últimos vinte anos (CEPEA, 2019), e não necessariamente guarda uma relação direta com o fenômeno da pandemia.

Abastecimento (Conab), foi registrada uma safra-recorde de grãos¹⁴. Calcula-se, ainda, que, no 1º semestre de 2020, o setor mineral foi responsável por aproximadamente 50% do saldo comercial do Brasil¹⁵. Isto é, mesmo com o revés do coronavírus, a mineração é capaz de manter, e até ampliar, sua produção e seus lucros.

Além disso, no âmbito da exploração da força de trabalho, a pandemia escancara a desigualdade que estrutura nossa sociedade. A continuidade das atividades consideradas essenciais pelo Estado tem resultado num cenário de acumulação para o *agro* e outros negócios e, para os trabalhadores, restou o campo, a aglomeração em minas, abatedouros, frigorífico etc., que, não raramente, resulta na contaminação em massa de trabalhadores e comunidades, demonstrando que os efeitos da máxima “a bolsa ou a vida” afetam principalmente os grupos/classes em situação de opressão/exploração/subalternização.

Logo, como não poderia deixar de ser em uma ordem social contraditória, o desenvolvimento geográfico desigual oferece vantagens e lucros para uns e, de outro lado, malefícios, destruição e violência para outros. A potência destrutiva que emerge da combinação entre um governo profascista e ultraliberal, uma elite predatória e um vírus contagioso nos afunda ainda mais no lamaçal do processo civilizatório moderno-colonial-patriarcal (PORTO-GONÇALVES et al., 2018). E a pandemia torna até a lama mais transparente, como nos alerta o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2020), ao falar de uma “trágica transparência do vírus”. Aqui, o que chamamos “transparência” nada mais é do que a explicitação e o aprofundamento das assimetrias de poder que se fazem sentir nas relações sociais e de poder, seja no campo ou na cidade, cujas dinâmicas de dominação/opressão/exploração estruturam-se a partir das categorias de gênero, raça e classe.

Tais considerações ajudam-nos a descortinar o que há em comum entre a manutenção das operações policiais em favelas e a continuidade da violência do Estado, de latifundiários e de outros agentes contra os povos do campo mesmo durante a

¹⁴A safra de grãos brasileira do período 2019-2020 atingiu o registro de 257,8 milhões de toneladas. Dentre os produtos, destacam-se a soja, o milho e o algodão, que aumentaram sua produção em 11 milhões de toneladas em comparação à última safra. (BRASIL, 2020)

¹⁵A mineração responde por 50% do saldo comercial brasileiro no 1º semestre de 2020. IBRAM, 2020. Disponível em: <<http://portaldaminerao.com.br/ibram/mineracao-responde-por-50-do-saldo-comercial-brasileiro-no-1o-semester/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

pandemia¹⁶: a negação do estatuto ontológico de determinados corpos e grupos/classes sociais. Como dito, na presente conjuntura, a perversidade por detrás da dinâmica de dominação/expropriação/opressão se faz ainda mais transparente, já que os grupos/classes sociais em situação de subalternização se veem obrigados não só a re-existirem frente às violências e violações permanentes, mas também a sobreviverem ao coronavírus.

Esse cenário, ao mesmo tempo em que traz, na combinação entre espoliação, violência e pandemia, um novo desafio à luta dos povos e movimentos sociais pela vida e pelo território, também expõe que a crise econômica e a crise ecológica advêm de uma mesma raiz, quer seja, um sistema que transforma as condições materiais de reprodução da vida em mercadoria e não reconhece outro critério senão a expansão de si próprio e de seus lucros (LÖWY, 2013). Dessa forma, a irrupção da crise do coronavírus em escala global resulta não só da integração dos fluxos de pessoas e mercadorias proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico, mas tem sua origem na *fratura metabólica* que é marca dos processos de territorialização do capital e que hoje se evidencia nas mudanças estruturais nos sistemas biogeofísicos da Terra a partir da aceleração da atividade capitalista em todo o mundo (BARCELOS, 2018).

Portanto, o conceito de metabolismo social é chave na compreensão da forma pela qual a territorialidade capitalista constantemente produz natureza à sua maneira enquanto, a um só tempo, destrói naturezas outras. Atualmente, a crise sanitária e epidêmica soma-se ao rol de crises que se anunciam na ecologia planetária e ao metabolismo sempre expansivo e de grande impacto com suas transformações qualitativas em matéria e energia promovidas pela atividade capitalista em sua sanha autodestrutiva de acumulação ampliada. Nesse processo, se a fratura metabólica é a natureza visível do modo capitalista de organização material da vida (BARCELOS, 2018), o emprego da violência e da espoliação no (des)envolvimento das populações de seus meios de existência é mecanismo estrutural do capital, em que a acumulação primitiva é irmã-gêmea da acumulação civilizada.

¹⁶Em tempo, as operações policiais em favelas e as ações de reintegração de posse foram respectivamente suspensas no estado do Rio de Janeiro, pelo MPF, e no estado de São Paulo, pelo MPSP. Em ambos os casos, as ordens judiciais não foram cumpridas. Disponível em: <<http://www.global.org.br>>. Acesso em: 24 set. 2020.

Violências no campo em 2020: primeiros resultados de pesquisa

Por meio do levantamento sistemático das informações colhidas junto às organizações implicadas na luta pela terra no Brasil no ano de 2020 no período entre março e agosto, foi possível sistematizar as principais formas de violência e violações de direitos denunciadas pelos movimentos sociais aos quais recorreremos na pesquisa. Entre esses meses, as ocorrências mais recorrentes são referentes a: grilagem de terras; despejos e ameaças de despejo; expulsão e ameaças de expulsão; invasão de territórios; garimpos ilegais, além de outras formas de violência¹⁷.

Como se vê na Tabela 1, de um total de 55¹⁸ registros de ocorrências de violências diversas detectadas, as categorias sociais envolvidas evidenciadas foram especialmente os povos e comunidades tradicionais, envolvidos em 37 ocorrências, seguidos pelas comunidades rurais que praticam agricultura familiar (9), por assentados (4), acampados (4) e trabalhadores e trabalhadoras sem-terra (3). Esse panorama demonstra que a dinâmica de violência contra os povos e comunidades tradicionais no avanço do capitalismo moderno-colonial no espaço agrário brasileiro seguiu funcionando em 2020.

Tabela 1: Sistematização das Violências por Categorias Sociais Envolvidas

Categorias Sociais Envolvidas em notícias de violência	Notícias Selecionadas
Povos e Comunidades Tradicionais	37
Assentados	4
Acampados	4
Trabalhadores Sem Terra	3
Comunidades Rurais/Pequenos Proprietários	9

Elaborado por: LEMTO-UFF, 2020, a partir de dados levantados nessa pesquisa.

Em contrapartida, podemos categorizar essas violências no campo a partir dos agentes que as protagonizaram, que, na maioria dos casos, estão articulados entre si. Os registros apontam violências empregadas por (1) *atores ilegais* (pistoleiros, garimpeiros ilegais,

¹⁷Foram encontrados também registros de ocorrências que denunciavam outras formas de violência, como pistolagem, extração ilegal de recursos naturais (sobretudo de madeira), assassinatos, invasão de territórios por jagunços e agentes do Estado, contaminações induzidas.

¹⁸Foram detectados 55 registros de ocorrências. No entanto, em três delas foram identificadas mais de uma categoria social envolvida, contabilizando um total de 58 para os dados das categorias sociais envolvidas em denúncias de violência.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

etc.) que, tudo indica, radicalizaram suas ações e se destacam no contexto atual; (2) *atores formais* que não pararam, inclusive foram considerados essenciais, e que, em sua dinâmica de acumulação, alimentaram o cenário de violência no campo (agronegócio, mineração, setor de infraestrutura, geração de energia, etc.); e (3) pelo próprio *Estado*, como ator que produziu durante a pandemia a continuidade da dinâmica de violação de direitos no campo, exarando ordens de despejos e não atendimento a serviços e contaminações induzidas, por exemplo.

Ainda, como mostra a Tabela 2, podemos categorizar as ocorrências de violências variadas encontradas a partir da espacialização dos fenômenos, o que qualifica a análise. Desses registros, 19 ocorreram na região Norte, 13 no Nordeste, 10 no Sudeste, 8 no Sul e 5 no Centro-Oeste. Desse modo, 60% das denúncias detectadas de violências no campo brasileiro no período da pesquisa (março - agosto/2020) ocorreram nas regiões Norte e Nordeste. Contudo, as ocorrências do estado do Maranhão e do Mato Grosso, que conformam em grande parte a Amazônia Legal, somadas às da região Norte, contabilizam 25 ocorrências, ou seja, cerca de 44% das denúncias de violências detectadas e registradas se deram na Amazônia Legal.

Tabela 2: Sistematização das Violências por macrorregião no Brasil

Região	Noticias Seleccionadas
Norte	19
Nordeste	13
Centro-Oeste	5
Sudeste	10
Sul	8

Elaborado por: LEMTO-UFF, 2020, a partir de dados levantados nessa pesquisa.

É significativo que a região amazônica venha sendo cenário de diversas ações de pistolagem, invasões, assassinatos e desmatamento. Além do governo, os principais agentes do setor agromineral extrativista não escondem seu interesse em superar os “obstáculos” que os impedem de explorar zonas até então preservadas ou

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

tradicionalmente ocupadas. Na Amazônia Legal, das 23 violências registradas, 18 envolveram povos e comunidades tradicionais. Dentre as denúncias analisadas, as violências e violações de direitos contra povos e comunidades tradicionais – e seus territórios – chamaram atenção por sua intensidade e quantidade. Contudo, das 37 ocorrências envolvendo esses grupos no Brasil, 28 tangiam especificamente os povos indígenas, ou seja, 75,6% do total.

O alto índice de conflitos envolvendo povos e comunidades tradicionais, em particular os povos indígenas, indica a relevância da raça como critério fundamental de configuração da estrutura de poder da sociedade (QUIJANO, 2005), que cria, nas palavras de Fanon (2008), “zonas do ser e do não-ser”, e essa clivagem decide “quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018, p. 41).

Assim, a sensação de insegurança que atravessa o cotidiano de inúmeros povos pode ser materializada em ações violentas que apontam claramente para a articulação entre os atores legais, ilegais e o próprio Estado na produção dos conflitos e da violência no campo. No caso do assassinato da liderança Ari Uru-Eu-Wau-Wau¹⁹, em Rondônia, os agentes responsáveis pela investigação puseram dúvidas sobre a causa da morte, apesar das marcas de pancadas no corpo da vítima. Considerando que a terra pertence à maior Unidade de Conservação de uma região fortemente visada pelo agronegócio, convém refletir, mais uma vez, sobre a vontade ou não dos agentes do Estado em proteger povos, corpos e territórios em situação de subalternização. Vale ressaltar que o crime ocorreu apenas 20 dias depois da morte, no Maranhão, de Zezico Guajajara²⁰, também líder indígena, muito conhecido justamente por lutar ao lado do povo Tenetehar/Guajajara contra os diversos tipos de exploração de invasores em suas terras, com denúncias de garimpos ilegais durante a pandemia.

Seguindo a desafortunada tendência de violência contra povos indígenas, os Guajajara (MA) vêm sofrendo ataques e vendo seu território ser invadido e desmatado de forma mais intensa desde meados de 2019. Ações desse tipo se mantiveram durante a pandemia, revelando um novo tipo de risco, para além da iminência da

¹⁹ Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/04/foi-assassinato-nao-foi-acidente-diz-familia-de-ari-uru-eu-wau-wau-morto-em-rondonia/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

²⁰ Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/03/nota-solidariedade-cimi-regional-maranhao-familiares-zezico-guajajara/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

desterritorialização: a contaminação pelo novo coronavírus. De acordo com o missionário Gilderlan Rodrigues da Silva, em entrevista para o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)²¹ (2020): “[...] não há saúde adequada para atender a população como um todo, menos ainda os povos indígenas. Então eles estão lá protegidos e de repente se deparam com invasores perto das aldeias”. Casos de contaminação em aldeias têm sido constantemente relatados, e diversos povos vêm construindo barreiras sanitárias. Esses casos denunciam como as ações do próprio Estado impulsionam violências contra os povos do campo durante a pandemia²². Sendo assim, ao nos depararmos com notícias como a ação policial, aparentemente motivada por vingança, que resultou em mortes de indígenas dos povos Munduruku e Maraguá (AM)²³ ou a iminência de invasão do território Karipuna (RO)²⁴, devido à diminuição de monitoramento e fiscalização durante a pandemia, restam poucas dúvidas sobre o significado político da atuação/inação do Estado.

Dentre as denúncias analisadas, as violências e violações de direitos contra povos e comunidades tradicionais – e seus territórios – chamaram atenção por sua intensidade e quantidade. Como exposto anteriormente, casos de violências e conflitos envolvendo esses grupos já vinham crescendo desde os anos 2010 e aumentaram significativamente durante o período de Ruptura Política, em que os direitos vêm sendo constantemente postos à prova e ações criminosas visando sua desterritorialização e a espoliação de seus territórios são legitimadas.

Uma das muitas terras indígenas que sofreram invasões com risco de contaminação foi a TI Vale do Javari, localizada no Amazonas. Desde o início da

²¹Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/05/povo-guajajara-denuncia-a-presenca-cada-vez-maior-de-madeireiros-na-ti-urucu-jurua/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

²²Segundo a Coordenação da Articulação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), até o dia 11 de novembro de 2020, 4.635 quilombolas foram infectados pelo vírus e 168 perderam a vida por causa dele. Nos territórios indígenas, de acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), até o dia 23 de novembro de 2020, 39.826 indígenas, de 161 povos, foram infectados pelo vírus e 880 indígenas morreram em decorrência dele. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5467-2020-o-ano-do-fim-do-mundo-como-o-conhecemos>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

²³Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/08/movimentos-sociais-pedem-apuracao-de-acao-da-pm-contra-ribeirinhos-e-indigenas-no-amazonas/>>. Acesso em 20 set. 2020.

²⁴Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/04/em-meio-pandemia-grileiros-invasores-aproximam-aldeia-karipuna/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

pandemia, povos isolados que vivem nessa área se depararam com diferentes tipos de invasores, que vão desde caçadores de animais silvestres²⁵ até um missionário norte-americano²⁶. O trânsito desses indivíduos, por si só problemático, põe em risco as muitas vidas que ali existem, fazendo com que lideranças de povos envolvidos acionem, muitas vezes sem sucesso, órgãos como a Funai, o MPF e a Polícia Federal. A negligência do Estado nessa situação é capaz de gerar danos irreparáveis à dinâmica de vida e territorialização dos povos em questão. Só no estado do Acre, de acordo com o CIMI, em ocorrência do dia 31 de agosto de 2020²⁷, das 53 terras indígenas monitoradas, 30 registraram a presença da Covid-19. Sendo assim, como dito anteriormente, é possível relacionar diretamente o sucateamento de órgãos indigenistas e de conservação ambiental e os conflitos por terra envolvendo violações de direitos de povos e comunidades tradicionais como um mecanismo necropolítico (MBEMBE, 2018) junto à pandemia em curso.

Ao sul do país, mais precisamente no oeste do Paraná, mesmo antes dos desdobramentos da epidemia da Covid-19, relatos de violência contra o povo Avá-Guarani eram constantes. Das ocorrências registradas pelo CIMI referentes a conflitos na região sul, todas envolviam os Avá-Guarani, levantando a necessidade de destaque do povo em nossa sistematização de parte das violências e violações sofridas no recorte temporal escolhido. Lideranças do povo Avá-Guarani acreditam que, apesar do histórico de violência, as agressões em 2020 tenham sido legitimadas pela anulação da demarcação de seu território, inscrito nos municípios de Guaíra e Terra Roxa (PR). Só no mês de junho, em menos de uma semana, foram registradas duas ações de pistolagem na TI Tekoha Guasu Guavirá²⁸.

A contaminação causada por agentes externos também é uma forma de violência presente, pois acredita-se que o principal vetor do coronavírus nas aldeias seja a atividade

²⁵Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/04/em-meio-a-pandemia-invasores-sao-detidos-na-ti-vale-do-javari-em-regiao-de-isolados/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

²⁶Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/03/indigenas-temem-proliferacao-de-coronavirus-com-entrada-ilegal-de-evangelicos-na-ti-vale-do-javari/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

²⁷Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/08/o-estado-se-ausenta-as-invasoes-e-pandemia-avancam-entre-os-povos-indigenas-no-acre/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

²⁸Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/06/ate-quando-vamos-continuar-resistindo-e-existindo-afirma-lideranca-apos-tekoha-sofrer-ataques/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

dos frigoríficos da região que, ao empregar indígenas e geralmente se localizarem próximos a seus territórios, não paralisaram suas atividades durante a pandemia. Se por um lado, como forma de proteção, os Avá-Guarani construíram uma barreira sanitária²⁹, enquanto forma de manter o isolamento da comunidade, por outro lado o crescimento da atividade agropecuária nesse período, em detrimento da saúde de povos vulnerabilizados, traz à tona, mais uma vez, a discussão acerca da ganância envolvida na dinâmica capitalista de acumulação, que seguiu prosperamente nos últimos meses.

Contudo, sabemos que a violência protagonizada pelos “de cima” é empregada também contra outras categorias sociais em luta pelo acesso à terra ou pela permanência em seus territórios, dependendo dos interesses de territorialização do agronegócio ou expansão de diversos tipos de atividades extrativistas. Em relação aos acampados, por exemplo, segundo o MST, a vulnerabilidade das famílias acampadas que aguardam movimentações do INCRA e que vivem sob constante ameaça de despejo se torna mais evidente no contexto da pandemia³⁰.

Durante a pandemia, uma série de ações autorizadas pela justiça estadual geraram aglomerações no território e aumentaram os riscos de contaminação. Essa realidade se materializou no Acampamento Quilombo Campo Grande³¹, no sul de Minas Gerais, onde sua gente foi exposta de múltiplas maneiras à contaminação por meio das diversas iniciativas de desterritorialização às quais foi submetida. As cerca de 450 famílias, que vivem há mais de 20 anos na localidade e possuem uma ampla produção de alimentos agroecológicos, vêm enfrentando uma série de ameaças e ações de pistoleiros e jagunços atrelados às elites locais e aos antigos donos da usina desativada que havia na área. Os empresários desta usina são atualmente os maiores interessados na remoção dos acampados, segundo o MST. Junto a isso, no mês de agosto, 14 famílias foram despejadas em uma ação violenta e criminosa da Polícia Militar de Minas Gerais, que levou 150

²⁹Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/06/covid-19-chega-aos-ava-guarani-da-ti-ocoy-tendo-frigorifico-como-vetor-barreira-sanitaria-e-atacada/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

³⁰Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/29/vulnerabilidade-de-acampados-frente-a-despejos-aumenta-com-covid-19/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

³¹Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/08/12/policia-age-com-truculencia-durante-despejo-no-acampamento-quilombo-campo-grande/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

agentes para a ação, destruindo casas e lavouras, despejando acampados em meio à pandemia e causando aglomeração e contaminação.

Desse modo, o emprego da violência no campo tomou várias formas e seguiu atuante mesmo durante a pandemia, se dando, sobretudo, contra os povos tradicionais, com destaque aos indígenas – o que evidencia o avanço sobre regiões nas quais o capital encontra recursos territoriais e bens da natureza em abundância para sua reprodução, em especial os territórios tradicionalmente ocupados, e não só na Amazônia, como vimos no caso dos guaranis no sul do país e dos quilombolas em Minas Gerais.

Essas violências por meio de despejos, ameaças, invasões, pistolagens e outras ações também se deram em áreas ocupadas por outras categorias sociais, como acampados, assentados e diversas comunidades rurais, evidenciando as fricções nas fronteiras internas do capitalismo e mostrando que os conflitos por terra/território seguem ocorrendo em larga escala no espaço agrário nacional.

Conclusão

Conforme demonstramos neste artigo, mesmo sob a influência da Covid-19, o setor do agro-hidro-minero-negócio foi capaz de manter, e até ampliar, sua produção e seus lucros, tendo o Estado brasileiro como importante associado. Nesse cenário, salta aos olhos o número de registros envolvendo violência e conflitos no campo brasileiro. Ou seja, ainda que o ano de 2020 não tivesse chegado ao fim, a análise nos dá mais um sinal da centralidade adquirida pela acumulação por espoliação em tempos de crise do capital (HARVEY, 2005) e da posição central ocupada pela questão da terra na dinâmica de expansão territorial capitalista.

Ainda, é notório que a região amazônica e a categoria dos povos e comunidades tradicionais sigam concentrando grande parte dos conflitos por terra, com destaque para os conflitos envolvendo povos indígenas³². Além dessa continuidade, a crise sanitária provocada pela pandemia também desencadeia novos fenômenos na dinâmica de

³²A Amazônia concentra 98,25% do total da extensão de terras indígenas no Brasil. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2015/12/terras_ind%C3%ADgenas_na_amaz%C3%B4nia_brasileira_.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

violência contra os povos do campo e da natureza, com destaque para a presença de um novo mecanismo de uma política de morte – o coronavírus.

Dessa forma, para além das denúncias, o momento enseja terreno para que outras formas de “r-existência” e solidariedade tomem corpo, principalmente a partir dos movimentos sociais, dos povos e comunidades tradicionais e dos territórios periféricos de maneira geral. É o caso das iniciativas do MST, que até o presente momento já doou 3.400 toneladas de alimento durante a pandemia³³, e das iniciativas de autogestão e autonomia territorial que se traduzem, no caso dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, na organização das barreiras sanitárias e no acionamento da solidariedade em territórios-rede³⁴. Essas e outras ações urgem serem entendidas não como casos isolados, mas como indicativos de outros horizontes de sentido para a vida, que se opõem a uma sociedade que determina um aumento nos preços dos alimentos em pleno cenário de desemprego, fome e caos social. Ecoemos as palavras de Krenak (2020), que, mesmo em tempos de “descolamento da vida”, aposta na recriação do mundo como um evento possível o tempo inteiro.

Referências

ABAG. **Informativo Abag**. Associação Brasileira do Agronegócio. Nº 116 - Ano 21, Nov e Dez/2019 Jan a Ago/2020, São Paulo, 2020.

BARCELOS, E. **Geografia e Grandes Projetos: ecologia, política e economia no capitalismo de fronteira**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BOTELHO, M.; CHALO, G. **A produção da natureza e o coronavírus**. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, junho de 2020. Disponível em: <<http://ippur.ufrj.br/index.php/pt->

³³Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/09/09/desde-o-inicio-da-pandemia-mst-ja-doou-3400-toneladas-de-alimentos/>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

³⁴Durante a pandemia, muitas comunidades fizeram barreiras sanitárias, buscando impedir invasores e, a partir disso, também, o vírus. Em 2020, foram registradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) 267 ocorrências de barreiras sanitárias no Brasil, envolvendo 48.562 famílias. Dessas, cerca de 84% das barreiras sanitárias foram feitas em territórios indígenas. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5467-2020-o-ano-do-fim-do-mundo-como-o-conhecemos>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

ISSN: 2316-8544

br/noticias/outros-eventos/713-a-producao-da-natureza-e-o-coronavirus >. Acesso em: 03 mai. 2020.

BRASIL. **Brasil tem safra recorde de grãos com 257,8 milhões de toneladas.** 10 set. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/09/brasil-tem-safra-recorde-de-graos-com-257-8-milhoes-de-toneladas>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.** Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2007: p. 431-458.

CRUZ, V. C. **Comunidades Tradicionais, (re) configurações identitárias e Lutas por reconhecimento de Territórios na Amazônia.** Revista Eletrônica Fluminense de Geografia, v. 5, 2007

CRUZ, V. C. Povos e Comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012: p. 594-600.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 194p.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In: HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2003: p. 115-148.

KRENAK, A. **A vida não é útil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 126p.

LEVIEN, M. **Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação.** Tradução de Markus Hediger. Sociologia & Antropologia. v.4, n.1, 2014.

LÖWY, M. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista.** Caderno CRH, v. 26, n. 67, janeiro/abril 2013.

MALHEIRO, B. C.; MICHELOTTI, F.; SABINO, T. A. **Aqui o capitalismo não parou! Espoliação e brutalidade em tempos de pandemia, o que a Amazônia tem a dizer?** GEOgraphia, v. 22, n. 48, abril 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018. 80p.

PEREIRA, C. **As agroestratégias ruralistas de desterritorialização de povos indígenas e quilombolas: (re)definindo marcos legais e usos territoriais.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia.** Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em: 18/05/2021.

PORTO-GONÇALVES, C.; CUIN, D; LADEIRA, J; SILVA, M; LEÃO, P. Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro 2018. In: CPT NACIONAL, **Conflitos no campo: Brasil 2018**, Goiânia: CPT NACIONAL, 2019: p. 93-121.

PORTO-GONÇALVES, C.; CUIN, D; LADEIRA, J; SILVA, M; LEÃO, P. **A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política de terra arrasada à luta pela dignidade**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C.; LEÃO, P. **Terra, Violência e Conflito na Formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015 - 2019)**. In: Revista ANPEGE, v. 16, n. 29, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2005: p. 117-142.

TOUSSAINT, E. **A bolsa ou a vida - a dívida externa do Terceiro Mundo: a finança contra os povos**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 416p.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Violência no campo brasileiro em tempos de pandemia: reflexões preliminares. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 192-213, maio-agosto de 2021.

Submissão em: 27/01/2021. Aceito em:18/05/2021.

ISSN: 2316-8544